

ATÉ 31.3.2012 FICARM POR UTILIZAR 6.877,9 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS DO QREN QUANDO ERAM TÃO NECESSÁRIOS PARA PROMOVER O CRESCIMENTO E CRIAR EMPREGO**RESUMO DESTE ESTUDO**

Numa altura em que se fala tanto da necessidade de crescimento económico, até para que possa haver criação de emprego, para assim combater o problema mais grave que o país enfrenta, que é o aumento brutal do desemprego, é inaceitável que até ao fim do 1º Trimestre de 2012, apenas pouco mais de metade dos fundos comunitários disponíveis até aquela data foram utilizados. E a situação agravou-se desde que o actual governo tomou posse, porque este decidiu suspender a aprovação de projectos com o pretexto de que era necessário fazer uma reavaliação de toda a situação. Assim, no período compreendido entre 2007 e o 1º Trimestre de 2012, de acordo com a programação aprovada do QREN pela Comissão Europeia, Portugal podia utilizar 15.897,9 milhões € de fundos comunitários, no entanto, só utilizou 9.020 milhões €, ou seja, 56,7%, ficando por utilizar 6.877,9 milhões €, como revelam os dados que a Comissão Técnica de Coordenação do QREN acabou de divulgar. Em 31.12.2011, ou seja, três meses antes tinham ficado por utilizar 6.120,7 milhões €, o que mostra que a situação agravou-se no 1º Trim.-2012 com este governo.

Se a análise for feita por programas as conclusões ainda são mais graves. Por ex., no Programa COMPETE, que tem como objectivo aumentar a competitividade das empresas, a taxa de utilização/execução até 31.3.2012, relativamente ao que podia ter sido utilizado até a esta data, foi de 51,1% não tendo sido utilizados, e podendo ser, 1.119,2 milhões €; no Programa Regional (PR) do Norte, apenas foi utilizado 51,3% dos fundos comunitários; no PR do Centro apenas 53,7%; no PR do Alentejo somente 36,2%; no PR de Lisboa a taxa de utilização foi de 52,4% e, no Programa Regional do Algarve, a taxa de utilização alcançou apenas 26,5%; na RA dos Açores a taxa de utilização foi de 72,9% mas, mesmo assim, ficaram por utilizar 231,2 milhões €; e na RA da Madeira a taxa de utilização foi de 50,8% até 31.3.2012. E isto quando o país está mergulhado numa grave recessão económica, quando o desemprego está a aumentar de uma forma brutal, e quando o investimento é fundamental para inverter a situação da economia e criar emprego.

Segundo o INE, em 2011, Portugal importou, ou seja, gastou, adquirindo ao estrangeiro, 798 milhões € em carne; 1.339 milhões € em peixe; 505 milhões € em leite e lactícínios; 291 milhões € em produtos hortícolas; 467 milhões € em frutas; 275 milhões € em produtos hortícolas e frutas preparadas; 2.086 milhões € em produtos farmacêuticos; 392 milhões € em peles e couros; 211 milhões € em obras de couro e de tripa; 574 milhões € em madeira e obras de madeira; 1.101 milhões € em papel, cartão e suas obras; 1.719 milhões € em vestuário e seus acessórios de malha e sem malha; 4.334€ milhões em máquinas e aparelhos eléctricos; etc., etc., etc., etc..

Uma política de desenvolvimento da produção nacional orientada para a substituição das importações visando reduzir a nossa dependência do estrangeiro, e promover o crescimento económico e a criação de emprego é urgente o que devia passar, em primeiro lugar, pela definição clara por, parte do governo, dos objectivos dessa política; e, depois, pela definição de uma política de incentivos que podiam ir desde o apoio à realização de estudos para avaliar a viabilidade de produzir no país uma parte dos bens importados; pela concessão de créditos a médio e longo prazo (*uma parcela importante dos 12.000 milhões € que o governo tem para a banca deviam ser obrigatoriamente canalizados com esse objectivo, e a CGD, como banco do Estado, devia deixar de financiar a especulação imobiliária e OPA's, como a da BRISA, e passar a apoiar o investimento produtivo*); pela bonificação de juros; pela comparticipação em investimentos como actualmente o Programa comunitário COMPETE já faz mas quase só para empresas exportadores esquecendo-se de que, tanto ou mais importante que exportar, é produzir para que o país seja menos dependente do estrangeiro nos produtos que consome. São objectivos nacionais que tornam inaceitáveis os atrasos na utilização dos fundos comunitários (6.877 milhões € até 31.3.2012).

A política violenta e cega de austeridade, fortemente recessiva imposta pelo governo do PSD/CDS para obter as boas graças da sra. Merkel e do seu ministro das Finanças, que gosta muito do ministro português por ser um aluno submisso e “cego”, mais uma vez expressa no Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 do governo, só poderá levar à destruição da economia e da sociedade portuguesa. As mudanças que se verificaram na Grécia e em França são já o resultado da oposição frontal dos povos desses países a tal tipo de políticas. Desvalorizar a luta desses povos dizendo que são simples mudanças de “*auto-colantes*” revela, a nosso ver, a incompreensão de uma realidade extremamente complexa como é aquela que enfrentamos actualmente e a subestimação das lutas dos povos europeus. É certo que a direita e a social-democracia europeias estão já a tentar controlar o descontentamento e a oposição cada vez maior dos povos da U.E., falando agora muito de crescimento económico como o problema só agora se colocasse, sendo este incompatível com a actual política de austeridade. Procurar criar a ilusão de que esta incompatibilidade se resolve com uma simples adenda ao Pacto Orçamental, que impede o crescimento, como se está a tentar fazer e com alguns investimentos apoiados pelo BEI, ainda por cima em sectores definidos pela Comissão Europeia, é tentar enganar a opinião pública.

O quadro 1, construído com os dados que a Comissão Técnica de Coordenação do QREN acabou de divulgar no Boletim Informativo nº 15, mostra a situação já no fim do 1º Trimestre de 2012, a qual se torna mais grave devido à recessão económica em que o país já está mergulhado.

Quadro 1- Fundos comunitários disponibilizados pela União Europeia até 31.3.2012 e fundos comunitários utilizado por Portugal até 31.3.2012

PROGRAMAS OPERACIONAIS	FUNDOS COMUNITÁRIOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO 2007 A 2013 (Período total de execução do QREN)	FUNDOS COMUNITÁRIOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO 1.1.2007 ATÉ 31.3.2012 (Fundos Comunitários que podiam ter sido utilizados até 31.3.2012)	FUNDOS COMUNITÁRIOS UTILIZADOS NO PERÍODO DE 1.1.2007 ATÉ 31.3.2012 (Despesa validada até 31.3.2012)		FUNDOS COMUNITÁRIOS NÃO UTILIZADOS ATÉ 31.3.2012 (mas que podiam ter sido)	Fundos Comunitários utilizados até 31.3.2012
	Milhões euros	Milhões euros	Milhões euros	Em % do Programado até 31.3.2012	Milhões euros	Em % do programado 2007-2013
POT Factores Competitividade (FEDER+FC)	3.103,8	2.287,9	1.168,7	51,1%	1.119,2	37,7%
POT Potencial Humano (FSE)	6.453,0	4.679,6	3.329,9	71,2%	1.349,7	51,6%
POT Valorização Território (FEDER+FC)	4.342,5	3.322,5	1.555,9	46,8%	1.766,5	35,8%
POR Norte (FEDER)	2.711,6	1.988,8	1.020,4	51,3%	968,4	37,6%
POR Centro (FEDER)	1.701,6	1.254,3	673,8	53,7%	580,5	39,6%
POR Alentejo (FEDER)	868,9	610,5	220,8	36,2%	389,7	25,4%
POR's Açores (FEDER+FSE+DE)	1.156,3	852,4	621,1	72,9%	231,2	53,7%
PO Assistência Técnica	146,1	112,2	63,1	56,3%	49,1	43,2%
QREN -Total - Convergência	20.484,0	15.108,2	8.653,9	57,3%	6.454,4	42,2%
POR Lisboa	306,7	226,1	118,5	52,4%	107,6	38,6%
POR Algarve	175,0	159,4	42,2	26,5%	117,2	24,1%
PO's Madeira (FEDER+FSE)	445,9	404,2	205,4	50,8%	198,7	46,1%
QREN-TOTAL	21.411,6	15.897,9	9.020,0	56,7%	6.877,9	42,1%

FONTE: Boletim Informativo nº 15 - QREN; Programação Financeira de cada um dos programas operacionais

No período compreendido entre 2007 e o 1º Trimestre de 2012, de acordo com a programação aprovada no início do QREN pela Comissão Europeia, Portugal podia utilizar 15.897,9 milhões € de fundos comunitários; no entanto utilizou, até 31.3.2012, apenas 9.020 milhões €, ou seja, somente 56,7%, ficando por utilizar 6.877,9 milhões €.

Por outro lado, no fim do 1º Trimestre de 2012, ou seja, ao fim de cinco anos e 3 meses de QREN (o QREN termina em 2013, portanto faltam menos de dois anos do período inicialmente fixado); repetindo, ao fim de cinco anos e um trimestre de execução do QREN apenas estavam utilizados 42,1% do total de 21.411,6 milhões € de fundos comunitários atribuídos a Portugal, o que revela também uma baixa taxa de utilização/execução.

Se a análise for feita por programas operacionais as conclusões ainda são mais graves, pois relativamente aos programas que têm impacto maior e imediato na competitividade das empresas, de que tanto se fala agora, são precisamente nesses que é mais baixa a taxa de utilização/execução. Entre os três maiores programas operacionais – Factores de Competitividade, Potencial Humano e Valorização do Território – cujos fundos comunitários atribuídos (13.899,3 milhões €) representam 64,9% do total dos fundos comunitários do QREN, é precisamente no Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), que tem como objectivo directo aumentar a competitividade das empresas, melhorar o perfil tecnológico dos seus produtos e apoiar a sua internacionalização, verifica-se uma taxa de utilização/execução mais baixa. Nos cinco primeiros anos e 3 meses do QREN, dos 7 anos de duração deste programa, apenas foram utilizados, neste programa, o correspondente a 51,1% dos fundos disponibilizados pela União Europeia para o período até ao 1º Trimestre de 2012, não tendo sido utilizados, e podendo ser, 1.119,2 milhões € (até ao fim de 2011, tinham ficado por utilizar 1.069,3 milhões € o que mostra que a situação agravou-se no 1º Trimestre de 2012).

Mas é fundamentalmente nos programas operacionais regionais, vitais para combater as graves assimetrias (desigualdades) regionais, a desertificação do interior do país, promover o crescimento

económico e a criação de emprego nas diversas regiões, que as taxas de utilização dos fundos comunitários são mais baixas. Até ao fim do 1º Trimestre de 2012, no Programa Regional do Norte, apenas foi utilizado 51,3% dos fundos comunitários que podiam ter sido investidos, tendo ficado por utilizar 968,4 milhões €; no Programa Regional do Centro apenas foi utilizado 53,7%, ficando por utilizar 580,5 milhões €; no Programa Regional do Alentejo foi utilizado, até 31.3.2012, apenas 36,2% do que podia ter sido investido neste período, ficando por utilizar 389,7 milhões €; no Programa Regional de Lisboa a taxa de utilização, até 31.3.2012, é apenas 52,4% e, no Programa Regional do Algarve, é somente de 26,5%, tendo ficado por utilizar 117,2 milhões € dos fundos comunitários disponibilizados para este período. Na RA dos Açores a taxa de utilização, no período 2007- 1º Trim.2012, foi de 72,9%, mas mesmo assim, ficou por utilizar 231,2 milhões €; e na RA da Madeira a taxa de utilização, no período 2007-1º Trim.2012, foi apenas de 50,8%, ficando por utilizar 198,7 milhões €. E já se passaram mais de 5/7 do período de duração normal do QREN. É verdade que os fundos comunitários não utilizados poderão ser investidos em anos posteriores, mas também é verdade que a sua não utilização, quando já o podiam ser, contribui para o agravamento da recessão económica e da grave crise social. É crescimento económico que não teve lugar; é capacidade produtiva e emprego que não foram criados quando podiam ter sido; é poder de compra desses fundos comunitários que se perde com o aumento contínuo de preços diminuindo o que se pode realizar com esses fundos (só no período 2011-2012 os preços deverão subir 7%, o que determina uma perda, em termos reais, daqueles 6.877,9 milhões € não utilizados, correspondente a 450 milhões €).

PORTUGAL CONTINUA A IMPORTAR BENS QUE PODIAM SER PRODUZIDOS INTERNAMENTE, O QUE PROMOVERIA O CRESCIMENTO ECONÓMICO E CRIARIA EMPREGO

Segundo o INE, em 2011, Portugal importou, ou seja, gastou, adquirindo ao estrangeiro, 798 milhões € em carnes; 1.339 milhões € em peixes; 505 milhões € em leite e lacticínios; 291 milhões € em produtos hortícolas; 467 milhões € em frutas; 818 milhões € em cereais; 605 milhões € em óleos ou gorduras animais e vegetais; 213 milhões € em preparados de carne e peixe; 306 milhões € em açúcares e produtos de confeitaria; 275 milhões € em produtos hortícolas e frutas preparadas; 399 milhões € em bebidas e vinagres; 348 milhões € em preparações alimentícias diversas; 2.086 milhões € em produtos farmacêuticos; 347 milhões € em sabões, ceras e produtos de conservação e limpeza; 392 milhões € em peles e couros; 211 milhões € em obras de couro e de tripa; 574 milhões € em madeira e obras de madeira; 136 milhões € em cortiça e obras de cortiça; 1.101 milhões € em papel, cartão e suas obras; 881 milhões € em vestuário e seus acessórios de malha; 838 milhões € em vestuário e acessórios excepto de malha; 2.016 milhões € em ferro fundido, ferro e aço; 885 milhões € em obras de ferro fundido e aço; 4.382 milhões € em reactores, máquinas e aparelhos; 4.334 milhões em máquinas e aparelhos eléctricos; 762 milhões € em móveis, mobiliário médico, anúncios e cartazes; etc., etc. etc., etc..

Perante esta realidade de um país que não se consegue abastecer em bens essenciais, a pergunta que se coloca imediatamente é a seguinte: Que parcela destas importações poderiam ser produzidas internamente com uma adequada política visando apoiar a produção nacional, o que promoveria o crescimento económico e a criação de emprego? O que se verifica é a ausência de qualquer estratégia visando a produção nacional de produtos que são neste momento importados, e mesmo a falta de sentido nacional e a subserviência ao estrangeiro dos sucessivos governos. Em 2011, por ex., Portugal importou da Alemanha 7.118 milhões € de bens e exportou para a Alemanha apenas 5.761 milhões €, portanto o nosso país está a contribuir para o crescimento da economia alemã muito mais que a Alemanha está a contribuir para o desenvolvimento da economia portuguesa. Esta é a realidade que é deliberadamente ignorada.

Uma política de desenvolvimento da produção nacional orientada para a substituição das importações com o objectivo de reduzir a nossa dependência do estrangeiro e, consequentemente, o endividamento, assim como promover o crescimento económico e a criação de emprego é fundamental e urgente, mas o governo PSD/CDS revela-se cada vez mais incapaz de a definir e muito menos de a concretizar, submisso como está ao capital estrangeiro e ao FMI/BCE/CE, os quais apenas se preocupam em assegurar que os credores recebam os seus empréstimos com altos juros (o empréstimo de 76.000 milhões de euros foi apenas utilizado para pagar aos credores e para apoiar a banca, e não para pagar salários dos trabalhadores como falsamente a propaganda veiculado pelo pensamento dominante procurou, em determinada altura, fazer passar junto da opinião pública). É sintomático que no "Memorando de entendimento" não haja uma única linha à necessidade de apoiar a produção nacional de produtos importados, mas sim às chamadas "*reformas estruturais*" que têm apenas como objectivo desregular as leis de trabalho, liberalizar os preços ainda mais, fazer cortes brutais nas despesas sociais do Estado, e vender a saldo as empresas públicas, com o claro objectivo de facilitar o aumento da exploração dos portugueses e o domínio do país por grupos económicos estrangeiros como já está a acontecer.

Eugénio Rosa, Economista, edr2@netcabo.pt, 10.5.2012